

*Discurso na cerimônia de lançamento da
Nova Reforma Agrária, do Banco da Terra e
de assinatura de atos de descentralização
com governos estaduais*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE ABRIL DE 1999

*Meu caro Ministro Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado;
Senhores Governadores; Senhores Prefeitos; Senhores Parlamentares;
Senhoras e Senhores,*

Hoje, realmente, o Ministro Raul Jungmann mostrou o significado dos vários atos a que estamos assinando aqui. Quero dizer que tenho grande satisfação de estar presente. Além do mais, por ter ouvido o ministro Raul Jungmann porque, depois que ele fala, não tenho mais nada a acrescentar. Ele fez um discurso *fleuve*. Deixou, para mim, dois agradecimentos. Três. Um, que ele esqueceu – o Ministério Público –, mas depois ele me recordou; outro, o Milton Seligman, que foi colaborador atento dele. E deixou o terceiro e mais importante agradecimento, que é a ele próprio.

Na verdade, o Raul tem feito um trabalho admirável. Aqui, há muitos que são testemunhas do esforço enorme que tem sido feito nesse campo da reforma agrária, no Brasil, nos últimos anos – as dificuldades, as incompreensões, a necessidade de convencer, muitas vezes, a parte financeira do Governo, de que é preciso ter recursos; o

Congresso tem que modificar uma lei; a Justiça, que é preciso rever uma decisão; motivar os funcionários; dialogar com os movimentos sociais.

Bom, nisso tudo, realmente, a participação do Ministro Jungmann tem sido constante, proveitosa, meritória. Se não fosse esse empenho, essa tenacidade dele, que contagiam, certamente, também, todos os seus colaboradores – ressaltei o Milton Seligman, mas são vários colaboradores contagiados por esse espírito – não poderíamos ter feito, primeiro, o que ele já disse: 7 milhões e 400 mil hectares de terras desapropriadas.

Talvez eu tenha sido um dos maiores desapropriadores do mundo. Não sei se isso é bom, vejo tantos fazendeiros aqui. Mas fiz. Também ganhei muitas ações, tenho muitas ações contra mim. Quando sair da Presidência, vou ter que contratar um corpo de advogados para me defender, porque há muitas ações por essas desapropriações.

Mas são 7 milhões e 400 mil hectares de terra. É muita terra. Famílias numerosíssimas postas sobre a terra. Mas tudo isso nos dava, ao mesmo tempo, a sensação de estarmos cumprindo metas – que nos impusemos – mais a sensação de: “Mas, e depois? O que que vai acontecer? Será que essa gente, realmente, vai trabalhar na terra ou vamos assistir, novamente, ao que o Brasil assiste há tantos anos, uma tentativa falha, fracassada, de fazer com que haja a formação de produtores rurais de verdade?”

Por isso, houve uma modificação no programa. Realmente, queremos dar mais apoio à agricultura familiar e, para isso, precisaríamos ter um mecanismo que juntasse a questão da terra à questão da produção, o Procerá–Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, ao Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. E, também – o que me pareceu sempre muito importante –, mecanismos que complementassem esse afã desapropriador. Eu lhes digo: não tenho nenhum problema, desapropriei tanto. Mas não é essa a questão. É que hoje é caro desapropriar. O Banco da Terra é mais eficaz. Vai para o mercado, faz o leilão. É mais justo, não há roubalheira – como alguém disse aqui – sobre a questão das ava-

liações. Mas há outra coisa, que é o problema da ocupação de terra, muitas vezes sem nenhuma razão para ocupá-la. E, portanto, há mais vantagens para a sociedade.

Realmente, é um marco o que está acontecendo aqui. E esse marco se complementa, realmente, com a participação dos governadores e, amanhã ou depois, precisaremos dos prefeitos, também. Não dá para fazer um trabalho efetivo de assentamento, transformando aquele que ganhou um pedaço de terra num produtor rural, sem que o prefeito e o governador estejam mais próximos, para verificar o que está acontecendo, e os conselhos locais, o entrosamento da sociedade com a autoridade política. Não dá para fazer, desde Brasília, tudo isso. Brasília pode alavancar – como tem alavancado –, impulsionar – como tem impulsionado –, mas não é suficiente.

A disposição dos governadores de participarem desse processo nos mostra que o caminho está certo, porque não há nenhuma lei que obrigue. Até o governador poderia, egoisticamente, pensar: “Mas, meu Deus, por que eu vou entrar nessa? Deixa lá o Presidente, deixa lá o Ministro da Reforma Agrária sendo queimados como Judas, nos movimentos que dizem que querem terra, mas que querem é bagunça. Por que eu vou entrar nessa?”

Mas não, não é bem isso, não. É porque os governadores têm responsabilidade social e sabem que, efetivamente, o problema se coloca é lá no município, é lá no estado. Se bem que se é verdade que, muitas vezes, as palavras de ordem sejam dirigidas contra Brasília, os efeitos imediatos se dão no local, e o governador está empenhado em resolver essa situação. Não por causa dos efeitos negativos eventualmente ocorridos, mas porque têm consciência de que é necessário, realmente, assentar gente, dar condições de trabalho, combater a miséria que ainda existe na nossa zona agrícola. Mas é importante que os governadores tenham, realmente, se decidido a participar desse processo e que nós possamos começar a descentralizar de forma mais efetiva.

É claro que o poder de desapropriação permanece nas mãos do Governo Federal. Os recursos poderão ser, entretanto, já distribuí-

dos de uma maneira mais adequada, para que o governador possa ter meios para enfrentar as ocupações ou, deixando de lado as ocupações, o problema efetivo que lá está, para que o governador possa ter recursos que não sejam só aquele que é o pior, que é o uso da polícia.

Diga-se, de passagem, também que os governadores não devem se acanhar. Havendo a ocupação de terra produtiva por provocação, é preciso tirar. Nunca fui, nem sou, partidário desses atos de violência. Mas percebo que existe, hoje, no Brasil, uma disposição que não é a de fazer a reforma agrária – vem junto com ela, é verdade –, mas é uma atuação perigosa porque põe em risco aquilo pelo qual nós lutamos sempre, que é o Estado de Direito, que é o respeito à lei. Isso não é aceitável. E as instituições têm que utilizar os recursos legais de que dispõem para que a lei seja respeitada. A lei não é para servir de embaraço ao movimento social, ao assentamento, a dar terra e condição de trabalho e de vida àquele que necessita. Não. A lei é para servir para isso. Mas o Congresso tem dado os instrumentos que se pediram, para que a lei fosse uma lei que facultasse, como facultava hoje, realmente, medidas rápidas e eficazes para que aqueles que precisam tenham um pedaço de terra.

Portanto, nada justifica que seja esse um movimento espetacular de, em um mesmo dia, em todo o Brasil, ocupar não sei quantas terras, produtivas ou não-produtivas. Isso é *show-off*. É para mostrar na imprensa estrangeira, para fazer de conta que aqui está havendo um caos social, que não está havendo. E, no dia seguinte, o que vai haver? Pedir ao Governo, de novo, Proclamação, cesta básica, essa coisa toda. Fica esse moto-contínuo de que parece que vai ser o fim do mundo. E, em vez de ser o fim do mundo, é uma fila de pedidos, que não são, realmente, para fazer com que a pessoa produza, mas são, simplesmente, para que ela sobreviva, em condições que não são aceitáveis em uma sociedade como a brasileira, que tem que dar condições de dignidade ao trabalhador. E não, pura e simplesmente, fazer de conta que está havendo um grande movimento social.

Temos que canalizar essas energias, que são imensas, são positivas, do movimento social. São muito positivas, mas temos que canalizá-

las construtivamente. E é para isso que os governadores estão, também, sendo chamados para que ajudem, ajudem o País a se encaminhar no bom sentido da continuidade da reforma agrária.

Dito isso, o compromisso do Governo com a continuidade da reforma agrária permanece inabalável. Ela é essencial. E também quero acrescentar que, embora tenha feito aqui, como fiz, a defesa do Banco da Terra, isso não quer dizer que o Governo vá abdicar da sua capacidade de desapropriação. Não vai! Não vai porque é necessário que haja também uma vontade política, embasada na lei, mas que mostre que o Governo está disposto, efetivamente, a mudar o panorama fundiário do Brasil.

Aqui não se trata de uma panacéia. Trata-se de uma complementação que dá instrumentos mais racionais para que se possa avançar.

Bem, disse que ia falar muito pouco, porque o Ministro Jungmann já falou bastante – ele gosta de fazer discursos *fleuves*. Mas me parece que o meu é discurso amazônico. Não paro de falar. Mas, desta vez, vou ter que parar, porque, apesar de ter muito prazer, não de ficar falando, mas ficar a ouvi-los e a cumprimentá-los, tenho, dentro de breves instantes, uma viagem, na qual peço que o Ministro das Comunicações também vá me acompanhar. Não sabia que as Comunicações eram tão importantes. Só no Brasil é que se faz reforma agrária com tanto empenho, que são os Correios, a Caixa Econômica, todas as instituições que, normalmente, são financeiras ou são de comunicação, aqui são, também, instituições que se mobilizam em função de um objetivo social do porte e da magnitude de uma reforma agrária.

Termino agradecendo a presença de todos, reiterando que é, realmente, uma grande satisfação ver que esse processo de reforma agrária está marchando, agradecendo ao Incra, que tem sido, realmente, dedicadíssimo – e, muitas vezes, injustificado, porque não se sabe, muitas vezes, o quanto de esforço da máquina governamental existe para que seja possível assentar tantas famílias em condições, sob pressões e falta de recursos muito grande. Quero agradecer a todos e reiterar os agradecimentos que já foram estendidos pelo Ministro

Raul Jungmann ao Congresso, aos Governadores, a todos aqui que participam desse esforço, mas, sobretudo, dizer, mais uma vez, que, se o Ministro disse, baixinho, a mim “missão cumprida”, se com isso ele pensa que está caindo fora, se engana. Vai ficar até acabar com o latifúndio no Brasil e todo trabalhador sem terra ter terra. Vai ficar muito tempo.

Muito obrigado.